

WASHINGTON NOVAES

E quem paga o prejuízo?

Depois de uns 15 anos em que se apregou a iminência de um racionamento de energia elétrica, vamos ter uma “racionalização no consumo”. Que começará com a obrigatoriedade de as repartições públicas federais reduzirem em 15% seu consumo este ano e em 20% até o fim do ano que vem (os funcionários que não cumprirem a determinação poderão até ser exonerados do serviço público; quanta severidade!). Com economias na iluminação pública. E com a possibilidade de as indústrias terem sua tarifa reduzida se diminuírem o consumo.

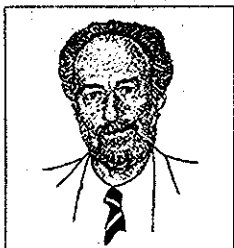
De saída, algumas perguntas:

■ Se é possível reduzir em 20% o consumo das repartições públicas (e é, o governo distrital de Brasília já provou isso no começo da década passada), por que não se fez antes? Para desperdiçar dinheiro do contribuinte? Quem pagará?

■ Se é possível ter tarifas diferenciadas, mais baratas, para as empresas, por que não se ofereceu antes? Não se teriam reduzido custos de produção? Não teria sido menor o chamado custo Brasil? Não teria saído mais barato para o consumidor interno?

Mais uma vez, é preciso voltar ao passado. Em 21 de maio de 1999, lembrou-se neste mesmo espaço que em 1990 – quando já se alardeava um racionamento próximo – a Eletrobrás, em parceria com a Universidade de São Paulo, a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos e o Conselho Americano para Economia Eficiente em Energia, contratou o consultor Howard S. Geller. Que fez um diagnóstico muito preciso:

■ A Eletrobrás não conseguiria mobilizar os investimentos necessários (US\$ 75 bilhões) para aumentar, co-



Oxalá a crise de energia não traga de volta à cena velhos canastrões já conhecidos...

mo projetava; em 37 mil MW (para 90 mil MW), a potência instalada, até 2000 (está em 66 mil);

■ a demanda de energia não cresceria o que se projetava;

■ era possível reduzir o consumo em até 20%, com racionalização;

■ a racionalização e redução do consumo custariam algumas

vezes menos que os investimentos projetados;

■ com a redução dos investimentos, sobriam disponibilidades para outras áreas carentes (saúde, educação, habitação, segurança, etc.);

■ com a redução do consumo cairiam os custos de produção e se aumentaria a competitividade da economia.

Poderia ser mais preciso? No entanto, ao longo de mais de uma década se seguiu no mesmo caminho, apesar de não se confirmarem as previsões de crescimento de demanda e de déficit. E destinando verbas quase ridículas aos programas de racionalização, que tinham como meta economizar 0,25% (um quarto de um por cento) do consumo. Isto é, se fosse integralmente cumprido, o programa economizaria em 20 anos 5% do consumo – o crescimento projetado para um só ano. (Para quem achar utópico reduzir o consumo via

racionalização, convém lembrar que os Estados Unidos, após os choques do petróleo, de 1973 a 1988, não aumentaram em um só kilowatt seu consumo de energia elétrica, embora a economia nesse período tenha crescido 35%.)

Agora, culpa-se São Pedro pelo baixo nível dos reservatórios. E logo especialistas contestam: mas a média de chuvas deste ano esteve apenas 10% abaixo da média histórica e os reservatórios são planejados para garantir a acumulação de águas necessárias para um período de cinco anos. Outros especialistas observam: na verdade, falta água agora porque se gastou mais do que deveria em anos anteriores. Outros ainda lembram que essa capacidade de acumulação está sendo há muito tempo prejudicada pelo assoreamento dos reservatórios. Para completar, ainda na edição deste jornal de 7/4, Joelmir Beting mencionava estudo da Aneel segundo o qual a modernização de hidrelétricas construídas há 25 anos ou mais aumentaria em 7 mil MW a capacidade instalada (mais 11% na capacidade instalada). Por que não se cuidou de nada disso?

É inevitável, então, que, além do questionamento quanto ao atraso e timidez na racionalização do consumo, algumas perguntas fiquem no ar:

■ O processo de privatização não terá sido encarado apenas como caminho para redução do déficit público e

do déficit no balanço de pagamentos? A racionalização do sistema – com maior eficiência no uso de energia – terá sido relegada por não interessar a redução no consumo aos novos concessionários?

■ A capacidade de regulação do sistema terá sido, nesse caso, afetada pela privatização (independentemente de ser a favor ou contra esta)?

■ O que explica o déficit nos investimentos simultaneamente à elevação das tarifas de energia?

■ Por que não se põe em debate a questão do consumo dos setores eletrointensivos e dos subsídios que recebem?

■ Por que não se discute minuciosamente com a sociedade a opção por termelétricas, ainda mais no momento em que se põe à mesa saber quem pagará pela eventual elevação do custo do gás (atrelado ao câmbio) e no momento em que seus efeitos ambientais são questionados em muitos lugares (as usinas de Jundiá e Paulínia já foram abandonadas; a de Americana está sendo duramente questionada)?

■ Terá razão o ex-ministro L. C. Bresser Pereira, que, em recente entrevista, assegurou que as tarifas de energia em breve terão de ser aumentadas (por causa do custo do gás) e as concessionárias que utilizam outras fontes ganharão também com isso, sem terem investido nada nem aumentado suas despesas?

Seria preciso discutir isso tudo e muito mais com a sociedade, que paga as contas todas – nas residências, no custo dos produtos que consome, no orçamento das repartições públicas.

Seria muito triste se a crise servisse apenas para trazer de volta à cena velhos atores ultrapassados, canastrões já conhecidos do público – a necessidade de implantar novas usinas nucleares (no momento em que o mundo quase todo as desativa) e a construção de megasusinas (ambientalmente problemáticas) na Amazônia.

